



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



Ano CXLIV Nº 96

Brasília - DF, segunda-feira, 21 de maio de 2007

Sumário

	PÁGINA
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	3
Ministério da Cultura.....	5
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação	6
Ministério da Fazenda.....	15
Ministério da Integração Nacional	22
Ministério da Justiça.....	24
Ministério da Previdência Social.....	28
Ministério da Saúde	30
Ministério das Cidades.....	41
Ministério das Comunicações.....	44
Ministério das Relações Exteriores.....	46
Ministério de Minas e Energia.....	46
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	49
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	51
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	51
Ministério do Esporte.....	52
Ministério do Meio Ambiente.....	52
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	52
Ministério do Trabalho e Emprego.....	53
Ministério dos Transportes	61
Tribunal de Contas da União	62
Poder Judiciário.....	62
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ...	62

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 322, DE 17 DE MAIO DE 2007

Atribui a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP às Procuradorias Federais nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, § 2º, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00407.002166/2006-91, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina assumirão a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, e os Tribunais Regionais do Trabalho, nos respectivos Estados.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação para a Procuradoria Regional Federal respectiva, para fins de acompanhamento dos processos junto aos Tribunais Regionais Federais, e ao Adjunto do Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PGF 222, de 12 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de abril de 2007, Seção 1, página 5, **onde se lê:** "e 00485.004631/05-71", **leia-se** "e 00407.001310/2007-53".

Na Portaria PGF 276, de 7 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2007, Seção 1, página 2, **onde se lê:** "à Procuradoria Regional Federal-1ª Região, para fins de acompanhamento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região", **leia-se:** "à Procuradoria Regional Federal - 5ª Região, para fins de acompanhamento junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região".

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 611, DE 18 DE MAIO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA, no uso de sua competência legal, torna público o resultado do segundo sorteio de unidades municipais que receberão ações do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal a partir de Sorteios Públicos, nos termos das Portarias nº 363, de 06 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 07 junho de 2006 e nº 516 de 02 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de maio de 2007.

Os municípios sorteados foram os seguintes:

1º	MT	Bom Jesus do Araguaia
2º	PA	Abel Figueiredo
3º	RS	Jaquirana
4º	RS	Colinas
5º	MA	Nova Colinas
6º	PE	Nazaré da Mata
7º	PE	Panelas
8º	ES	Baixo Guandu
9º	MG	Jequitibá
10º	SP	Jales

JORGE HAGE SOBRINHO

CONSELHO DE GOVERNO CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 18 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal, tendo em vista o disposto na Diretriz nº 06/07, da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, ao amparo da Resolução nº 69/00 do Grupo Mercado Comum - GMC, e considerando o desabastecimento da indústria de pescado de sardinha enlatada,

RESOLVE, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Fica alterada para 2% (dois por cento), para uma quota global de 60.000 (sessenta mil) toneladas, por um período de 12 meses, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação da seguinte mercadoria:

NCM	DESCRIÇÃO
0303.71.00	-- Sardinhas (<i>Sardina pilchardus</i> , <i>Sardinops spp.</i>); sardinelas (<i>Sardinella spp.</i>) e espadilhas (<i>Sprattus sprattus</i>)

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, ouvida a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, poderá editar norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação da quota mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE

CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 18 DE MAIO DE 2007

Aprova as condições para o processo de concessão de trechos rodoviários a ser implementado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - CND, no uso das atribuições que lhe conferem o § 4º do art. 5º, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso VI e § 3º e art. 10, inciso II, alínea "a", ambos do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, e na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, bem como:

Considerando a necessidade de permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

Considerando a existência de trechos rodoviários viáveis para a adequada exploração pela iniciativa privada;

Considerando o disposto na Resolução CND nº 06/2005, que aprovou a modelagem dos processos de concessão de trechos rodoviários ali referenciados;

Senhores assinantes,

Informamos que na falta de recebimento de seu(s) exemplar(es), o prazo para registrar sua reclamação será de até 2 (dois) dias úteis para o Distrito Federal e até 5 (cinco) dias úteis para os demais Estados da Federação.

Informações: (0xx61) 3535-9450, ou pelo correio eletrônico: ouvidoria@in.gov.br.



TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 3,60
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,80
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 4,40
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 5,20
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,80
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 9,50
- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0093		

Considerando o resultado das Audiências Públicas 034/2006 e 035/2006, realizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

Considerando as análises econômicas realizadas pelo Ministério da Fazenda e consubstanciadas nas Notas Técnicas nº 31/COGTL/SEAE/MF e STN/SEAE/MF nº 64; e

Considerando a necessidade de garantir investimentos nos trechos rodoviários federais que vierem a ser concedidos, bem como a prática de tarifas módicas para os usuários, resolve, ad referendum:

Art. 1º. Aprovar a modelagem dos processos de concessão de trechos rodoviários federais a serem implementados pela ANTT, com as seguintes alterações nos estudos para determinação das Tarifas Básicas de Pedágio Teto:

I - Aplicação do disposto na Medida Provisória nº 351, de 22 janeiro de 2007;

II - Considerar a terceirização dos serviços de atendimento médico e socorro mecânico na determinação de seus custos; e

III - Aplicar a Taxa Interna de Retorno - TIR não alavancada de 8,95%.

Art. 2º. Os trechos a serem concedidos totalizam 2.600,80 km, a saber:

ITEM	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO
01	BR-153/SP	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	321,60 km
02	BR - 116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	412,70 km
03	BR - 393/RJ	Divisa MG/RJ - Entr. BR-116 (Via Dutra)	200,40 km
04	BR - 101/RJ	Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva	320,10 km
05	BR - 381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	562,10 km
06	BR - 116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	401,60 km
07	BR - 116/PR; BR - 376/PR e BR - 101/SC	Curitiba - Florianópolis	382,30 km

Art. 3º As licitações serão realizadas, simultaneamente, na modalidade de Leilão, em sessão pública na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Art. 4º O procedimento de outorga será regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, e demais legislação aplicável.

Art. 5º. As licitações serão julgadas pelo MENOR VALOR DE TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, dentre as propostas apresentadas pelos licitantes, em envelope fechado, sem repique.

Art. 6º. Nos procedimentos do Leilão serão analisadas a documentação de Qualificação e a Proposta Comercial apenas da licitante que ofertar a Menor Tarifa Básica de Pedágio para cada Lote.

Art. 7º. As propostas de Tarifa Básica de Pedágio a serem apresentadas pelos licitantes não poderão ser superiores à Tarifa Básica de Pedágio teto definida para o Lote Rodoviário, representando o valor da tarifa para veículos de rodagem simples e de dois eixos, referenciada a outubro de 2006, conforme abaixo:

ITEM	RODOVIA	TRECHO	No. DE- PRAÇAS	VALOR DA TA- RIFA MÁXIMA
01	BR-153/SP	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	4	3,977
02	BR - 116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	5	4,080
03	BR - 393/RJ	Divisa MG/RJ - Entr. BR-116 (Via Dutra)	3	3,930
04	BR - 101/RJ	Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva	5(*)	3,716
05	BR - 381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	8	2,805
06	BR - 116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	6	2,608
07	BR - 116/PR; BR - 376/PR e BR - 101/SC	Curitiba - Florianópolis	5	2,677

(*) 1 praça com cobrança unidirecional.

Art. 8º. Para participar do Leilão, a Proponente deverá ser pessoa jurídica brasileira ou estrangeira, instituição financeira, fundo de pensão ou fundo de investimentos em participações, isolados ou reunidos em consórcio, que satisfaçam plenamente todas as disposições do certame e da legislação em vigor.

Art. 9º. A Proponente vencedora do Leilão terá como obrigações, dentre outras:

I - constituir uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), na forma de Sociedade Anônima, para assinatura do Contrato de Concessão;

II - transformar a SPE em companhia aberta no prazo de até 2 (dois) anos, contado da assinatura do Contrato de Concessão;

III - submeter, para fins de aprovação prévia, à ANTT, qualquer alteração no estatuto social da SPE e no Acordo de Acionistas, bem como a celebração de qualquer outro acordo de acionistas.

Art. 10. A Concessionária e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT formalizarão, no prazo de 30 dias a contar da publicação do extrato do Contrato de Concessão no Diário Oficial da União, Termo de Cessão dos Bens que integram o respectivo lote rodoviário, objeto da concessão.

Art. 11. Até a data da assinatura do Contrato de Concessão, continuará o DNIT responsável pelas providências necessárias à regularização ambiental dos trechos rodoviários a serem concedidos e à obtenção da Licença de Operação.

Parágrafo único. Será de responsabilidade do DNIT o passivo ambiental fora da faixa de domínio que tenha sua causa, comprovadamente, atribuída à construção, à manutenção e à operação da rodovia em períodos anteriores à Concessão.

Art. 12. Compete ao DNIT fornecer à licitante vencedora de cada lote rodoviário informações, dados e plantas disponíveis naquele órgão, especialmente aqueles necessários à delimitação da faixa de domínio.

Parágrafo único. Na hipótese de existência de contratos relativos à execução de obras ou serviços de engenharia que o DNIT mantenha em vigor para manutenção, recuperação ou ampliação de rodovias vinculadas ao Lote Rodoviário concedido, caberá àquele Departamento, até a data de celebração do Contrato de Concessão, dar a solução mais adequada, definindo os termos e a forma de como tais contratos serão rescindidos.

Art. 13. A Advocacia-Geral da União, por intermédio da Procuradoria-Geral Federal, dará o suporte jurídico aos trabalhos da ANTT na realização do Leilão.

Art. 14. Caberá ao CND aprovar as condições gerais para a licitação das concessões de que trata esta Resolução.

Art. 15. Esta Resolução revoga a Resolução CND Nº. 006/2005.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 131, DE 16 DE MAIO DE 2007

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.003794/2007-21, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa SANTISTA AMBIENTAL, FITO E DOMISSANITARIA, SERVIÇOS AEROPORTUÁRIO E AGRÍCOLAS LTDA., sob o número BR SP 0216, CNPJ 06.019.538/0001-24, localizada na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 250, Bairro Saboó, CEP 11.085-200 Santos-SP para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres (FEC); b) Fumigação em Câmara de Lona (FCL); c) Fumigação em Porões de Navio (FPN) e d) Fumigação em Silos Herméticos - Silos Pulmão (FSH).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CHAGURI NETO

PORTARIA Nº 132, DE 16 DE MAIO DE 2007

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.005114/2007-95, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa EMBALATEC INDUSTRIAL LTDA., sob o número BR SP 0212, CNPJ 69.020.915/0003-27, localizada na Rua Altena, nº 281, Bairro Joana Leite, CEP 13.329-901, Salto-SP para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE

LUIZ CHAGURI NETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração
e Divulgação Eletrônica
dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fones: 3535-9450 e 3535-9789